



GT 7: DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA

A TRAJETÓRIA OCUPACIONAL DOS PARTICIPANTES DA ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES REI DO PET (ARREP) DE PONTA GROSSA/PR

Karoline Dutra Szul (UEPG); Email: karoldszul@gmail.com
Reidy Rolim de Moura (UEPG); Email: reidymoura@gmail.com

TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA

RESUMO: O presente trabalho apresenta os resultados parciais do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Bacharelado em Serviço Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O TCC tem por objetivos: apreender as trajetórias ocupacionais dos participantes da ARREP através do resgate do perfil social e econômico, a identificação do início da vida laboral e os principais setores de inserção até a participação na ARREP, a verificação da faixa salarial e condições de trabalho ao longo do tempo e a perspectiva dos participantes sobre o trabalho antes e depois da ARREP. Contudo, nesse trabalho apresentaremos apenas o início da vida laboral dos sujeitos e os principais setores de inserção. A metodologia utilizada fora quanti-qualitativa e o como instrumento elaboramos questionário com perguntas estruturadas e semi-estruturadas. Como resultados, podemos notar que a trajetória dos sujeitos da ARREP são marcadamente delineadas por ocupações no setor informal da economia, por sua vez, não tem seus direitos trabalhistas garantidos.

Palavras chave Trajetória Ocupacional; Catadores; Informalidade; Precarização do trabalho.

1. INTRODUÇÃO

No universo da pesquisa qualitativa que baseia-se na relação dinâmica entre o mundo real e o objeto, existe de acordo com Chizzotti (1998, p. 79): "[...] uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e subjetividade do sujeito". Dessa forma, a pesquisa qualitativa propicia ao pesquisador os meios necessários de captar a subjetividade do objeto de pesquisa, a fim de desvelar a realidade por meio de progressivas aproximações.

Dentre as técnicas utilizadas pela pesquisa qualitativa como observação participante, história ou relatos de vida e análise de conteúdo, destaca-se a história de vida ou também nomeada de trajetórias de vida. Para Chizzotti (1998, p. 95): "[...] é um instrumento de pesquisa que privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal de um ou vários informantes". O autor ainda afirma sobre os contornos que a história de vida pode tomar, como estudos de autobiografia, como também estudos que trabalhem com trajetórias pessoais no contexto das relações pessoais. (Chizzotti, 1998).

Sobre o estudo de trajetórias de vida, afirmam Gonçalves e Lisboa (2007, p. 88): "[...] as trajetórias de cada indivíduo trazem imbricados processos de construção e desconstrução de poderes que se entrelaçam configurando mudanças de



relações”. Dessa forma, a trajetória de vida se caracteriza como parte de uma história de vida, podendo-se analisar um determinado percurso ou ciclo que se cruze com o interesse do pesquisador. Gonçalves e Lisboa (2007) ainda exemplificam o que se pode delimitar a partir do estudo de trajetórias de vida, a saber: o caminho que um grupo percorreu - trajetória migracional, o número de contravenções penais que um adolescente cometeu ao longo da vida - trajetória infracional, e as ocupações que trabalhadores se inseriram ao longo do tempo - trajetórias ocupacionais.

Salienta-se, portanto, que neste estudo optou-se pelo estudo das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores em detrimento do estudo de trajetórias de vida, visto que a última correlaciona-se um estudo amplo da vida do sujeito, enquanto a primeira busca delimitar um foco de análise, a saber: as ocupações exercidas ao longo do tempo por determinado sujeito.

A análise de trajetórias ocupacionais se constitui como uma das ferramentas para estudar as modificações do mercado de trabalho bem como as relações estabelecidas no mesmo, sob um viés de continuidade ou ruptura de um ciclo laboral, abarcando um estudo a partir de uma lógica temporal. Frente a isso, coloca-se a importância do estudo de trajetórias como instrumento cabível para se analisar as mudanças no mercado de trabalho e os impactos na vida dos trabalhadores.

Como instrumento de coleta de dados elaboramos um questionário com três categorias: dados censitários, trabalho renda e trajetória ocupacional e; aspectos pessoas sobre o trabalho na ARREP. Contudo, para esse trabalho apresentaremos apenas a segunda categoria que contou com questões referentes ao início da vida laboral, os motivos e os ramos de inserção até a ARREP.

A análise dos dados fora feita através do software IBM SPSS 20.0 que fez a análise de frequência e análise cruzada. Estudos de Rolim (2015), Bosi (2009) e Luttkë (2008) foram importantes no momento da análise das trajetórias, por seus resultados se aproximarem da pesquisa realizada na associação.

O trabalho estrutura-se da seguinte forma: explicação sobre a contribuição do estudo de trajetória e a apresentação da trajetória ocupacional dos participantes da ARREP.

2. ESTUDO DE TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS

Para Simão (2008) a trajetória ocupacional se constrói a partir de eventos que alteram a situação do trabalhador ligado à dinâmica da sociedade capitalista frente oscilações do mercado de trabalho. Portanto, a trajetória descreve as posições ocupadas ao longo do tempo por uma mesma pessoa, submetida ou não a mudanças.

Para Guimarães (2004) apud Silva (2011, p. 60):

[...] estudos de trajetórias ocupacionais [...] permitem investigar os percursos dos trabalhadores no mercado de trabalho em determinado espaço de tempo, abarcando tanto os trabalhadores que permanecem em seus empregos – os sobreviventes – quanto os que vivenciam a situação de desemprego – os excluídos.



Nesta perspectiva há diversos estudos sobre trajetória ocupacionais, os quais em sua maioria remetem aos impactos da modificação no mercado de trabalho na vida dos sujeitos. Como diria Antunes (1995, p. 15): “Vive-se no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou nos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários”. Esses experimentos interferem diretamente na vida ocupacional de um sujeito, considerando que a consolidação ou não de um projeto profissional pode garantir a estabilidade ou não do sujeito.

3. AS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DOS PARTICIPANTES DA ARREP

Para analisar a trajetória ocupacional dos sujeitos, partimos de questões que nos permitiram uma breve aproximação do início da vida laboral, que permeiam a idade que os sujeitos começaram a trabalhar, os motivos do início, a disposição de carteira de trabalho, a responsabilidade como provedor(a) do lar e por fim, as relações de trabalho que os sujeitos possuíam ao longo do tempo.

Dos 14 sujeitos questionados, 13 deles afirmaram ter iniciado a atividade laboral antes dos 18 anos, sendo que apenas 1 afirmou ter começado a trabalhar com 18 anos, dentre as principais idades apontadas temos: 7 anos, 9 anos, 10 anos, 11 anos, 12 anos, 13 anos, 15 anos, 16 anos e 18 anos.

Rolim (2014) também constata na sua dissertação o início precoce da atividade laboral de catadores, porém com menor intensidade. Mesmo assim, a autora atenta que o fato dessa entrada precoce no mundo do trabalho se deve a possível situação de precariedade da família, sendo necessária o uso de mão de obra infantil para complementar a renda familiar. Nesta ótica, as contribuições de Luttkë (2008) são importantes, visto que o estudo traz o contraponto da dificuldade em conciliar os estudos e atividade laboral com o fato de ter começado a trabalhar muito cedo acarretou no abandono dos estudos.

Observamos que 50% dos sujeitos apontaram como motivo principal ajudar os pais, ou seja, todo o rendimento advindo do trabalho era direcionado aos custos de manutenção da casa, ou no caso de que trabalhava na zona rural era direcionado para a subsistência. Três sujeitos apontaram como motivo o desejo pela independência financeira, um deles ligado a independência do marido e outro que morava sozinho e por isso, precisava sustentar-se.

O motivo mais apontado pelos sujeitos era espécie de obrigatoriedade, que não se relacionava a uma naturalidade mas sim, a uma condição de necessidade. Isso vem contracenar diretamente com a evasão escolar, considerando que 85% dos sujeitos não concluíram o ciclo básico da educação, observamos que 93% dos sujeitos que iniciaram começaram a trabalhar com menos de 18 anos não conseguiram concluir os estudos, sendo que 46,2% se refere ao ensino fundamental I que engloba as idades de 6 a 10 anos.

A condição de escolaridade dos sujeitos é extremamente fragilizada, ainda mais se considerarmos que dificilmente uma criança conseguiria conciliar estudo e trabalho, ainda mais os que trabalhavam diretamente na zona rural. Ainda sobre a início precoce da vida laboral os 7 sujeitos apontaram que tinham desde crianças a responsabilidade de contribuir com as despesas da casa, o que acabou tornando o



trabalho prioridade em detrimento dos estudos. O que faz com que reafirmamos novamente a importância dos estudos de Rolim (2014) e Luttkê (2008) sobre as condições precária de estudo nas associações de reciclagem, como uma constante.

Quando questionados se possuíam Carteira de Trabalho, apenas um sujeito afirmou não possuir, sendo este de idade mais avançada (74 anos). Quando questionado o porquê de não possuir, explicou que devido às condições em que viveu e as ocupações que se inseriu ao longo do tempo não se via necessidade de ter uma carteira de trabalho.

Ainda, é importante destacar e ressaltar que o fato de 93% dos sujeitos possuir carteira de trabalho, não significa que eles tiveram relações formais de trabalho ou que possuem horizontes de aposentar-se futuramente. Conforme observado 85% dos sujeitos não veem significado em ter carteira de trabalho, visto que elas encontram-se praticamente em 'branco'. Dois sujeitos só fizeram a Carteira de Trabalho no ano de 2016, devido a boatos que iria-se instalar uma cooperativa de reciclagem em Ponta Grossa¹. Nos seus estudos Rolim (2014) identificou que por mais que os sujeitos tivessem carteira assinada em algum momento atuavam na informalidade, o que revela a precariedade da trajetória ocupacional.

De maneira geral, podemos afirmar que a trajetória ocupacional de 85% dos sujeitos está diretamente relacionada ao setor informal do mercado de trabalho, quando não, possuem vínculos empregatícios por um breve período de tempo aderindo posteriormente a contratos temporários e por tempo de serviço, que também podem ser considerados tempo de experiência. Nesta lógica Ribeiro (2009, p. 39) destaca que: "As trajetórias profissionais dos trabalhadores catadores são semelhantes entre si, marcada pela alta rotatividade ocupacional, vinculada às necessidades da família". A autora ainda afirma que a trajetória ocupacional desses sujeitos é marcado pela precariedade das condições de trabalho como também pelos trabalhos temporários, principalmente para aqueles que nasceram e cresceram no campo. (Ribeiro, 2009).

Nos chamou atenção o relato de um dos sujeitos que expôs que num determinado momento da sua trajetória ocupacional, fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) exigiram nas empresas o registro dos trabalhadores, o que acabou por gerar um alto índice de demissões. Para Tavares (2002, p. 56): "Inscreve-se aí a subutilização da força de trabalho parcial ou determinado, e que escapam aos indicadores tradicionais referenciados".

Bosi (2008, p. 107) afirma que: "Há também casos de catadores jovens que tiveram uma trajetória ocupacional caracterizada por atividades temporárias, informais e sem exigência de escolaridade". Como é o caso de um participante que tem sua trajetória ocupacional mais extensa em relação aos outros e percebeu ao

¹ No segundo semestre do ano de 2016 o Ministério Público do Estado do Paraná (MP) enviou a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PMPG) um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que determinava as melhorias das condições de trabalho nas associações de reciclagem de Ponta Grossa (ACAMARO, ACAMARU, ACAMARUVA e ARREP). Uma das soluções encontradas pela PMPG juntamente a SMMA era a constituição de uma cooperativa de reciclagem, que reunisse as quatro associações de reciclagem de Ponta Grossa num único local. Contudo, a ideia da cooperativa não foi levada adiante, atualmente as associações estão fazendo reformas nos seus barracões para ajustar-se às normativas do MP.



longo da construção que por mais que maior parte de sua trajetória se ligasse ao setor formal, era caracterizada por empregos temporários que não ultrapassaram a média de 3 meses, ao final da construção de sua trajetória complementou dizendo que a “*terceirização é triste*”.

Visto isso, resgatamos o conceito de trajetória de exclusão defendido por Simão (2008) e Guimarães (2004), que identifica os inaptos para a divisão do trabalho na sociedade capitalista, mais especificamente aqueles que não conseguem inserir em relações de trabalho formal, seja por condições conjunturais como por questões de qualificação profissional.

Essa trajetória da exclusão pôde ser vista também dos estudos de Luttkë (2008), Rolim (2014), Bosi (2008) e Roos et. al (2010), nesses quatro casos chama-se atenção para precariedade das ocupações assumidas ao longo da trajetória de catadores de material reciclável, delineadas principalmente pela baixíssimo nível de escolaridade e/ou qualificação profissional e a permanência de relações informais durante a vida dos sujeitos.

Nota-se ainda que a relação de exclusão se expressa não somente pela questão laboral, mas também pela social. Para Tavares (2002, p. 52): “ Deve-se observar que o trabalho informal não comporta apenas ocupações excluídas do trabalho coletivo, e menos ainda, se restringe às atividades de estrita sobrevivência”. A inserção profissional majoritária, se não completa, no setor informal, oculta uma lógica cruel de exclusão na qual os trabalhadores se inserem, que os impede/impediu de inserir-se em outras atividades devido a condições de escolaridade e oportunidade, especialmente as mulheres que têm de conciliar duas jornadas de trabalho: a profissão e os cuidados domésticos, que se expressa no cuidado do lar e de dependentes.

Cabe aqui a afirmação de Costa (2008, p. 137):

[...] a exclusão desses sujeitos sociais demonstra que, de forma solitária, lutam dia-a-dia por sua sobrevivência, segregados a condição de figura desqualificada pelo mercado de trabalho, que reinventam formas ou bicos para sobreviverem [...] Alguns chegam a ter acesso ao trabalho formal, outros passam por um processo de desligamento dos trabalhos formais e não conseguem retornar a eles e sobrevivem na informalidade. Esses fatos os levam a iniciar ou retomar seu trabalho como catador.

Nesta ótica retomamos novamente os trabalhos de Rolim (2014), Bosi (2008) e Luttkë (2008) que demonstram que a trajetória ocupacional dos catadores podem ser caracterizadas por um alto índice de ocupações como também por sujeitos que só exerceram a atividade de catação durante a vida. Isso também pôde ser avaliado nesta pesquisa, todos os sujeitos tiveram ocupações anteriores ao trabalho na ARREP, alguns com maior incidência outros com menos.

Nos seus estudos Luttkë (2008) conseguiu identificar que a trajetória ocupacional dos catadores de material reciclável perpassam várias ocupações até a inserção no universo da catação, apresentando traços específicos entre os sexos. Isso indica conforme Bosi (2008, p. 108):

[...] indicam que seu envolvimento na cata de reciclável aconteceu depois de uma razoável experiência com outras ocupações, em tentativas incessantes de empregar-se, bem como após a perda parcial ou completa



das condições de sobrevivência ligadas, em sua maioria, ao trabalho no campo.

Ressalta-se que o universo de 90% das mulheres girou em torno de ocupações naturalizadas femininas: o setor doméstico e de serviços gerais (restaurantes, atendentes, babás, etc.) e quase 97% relações informais de trabalho. Cherfem (2016) também identificou nos seus estudos de trajetória que as mulheres ocupam trabalhos pouco reconhecidos socialmente e relacionados com atividades reprodutivas, tais como serviço de limpeza, costura, ou ainda no chão de fábrica. A autora ressalta, que embora mais da metade não tenha trabalhado com registro formal, em algumas trajetórias observou-se que houve o trabalho com carteira assinada. (p. 57). O que podemos identificar que dentre as 11 mulheres apenas 2 (S3 e S8) tiveram registro em carteira de trabalho, sendo que uma foi apenas por um período de 3 meses, enquanto a outra teve sua trajetória delineada por trabalhos temporários ou por tempo de experiência. Cherfem (2016, p. 53) afirma que: “Os postos de trabalho ocupados pelas mulheres geralmente se caracterizam por baixos salários, profissões desqualificadas e serviços de baixa tecnologia”.

Já o universo masculino foi marcado principalmente por ocupações no ramo da construção civil, serralherias e serviços gerais. É importante ressaltar que na primeira ocupação o vínculo era informal e temporário, durante o período da obra ou da necessidade de usufruir da mão de obra dos sujeitos. A trajetória de dois sujeitos evidenciam essa temporalidade, eles trabalharam como servente de pedreiro e auxiliar de construção num período de 2 meses a 3 meses, respectivamente. Já a segunda ocupação mais apontada os sujeitos tinham por atribuição descarregar as cargas das caminhões, que nos chamou atenção é o tempo de vínculo que não ultrapassou três meses. Um dos sujeitos permaneceu nesta ocupação somente 1 mês e teve sua carteira assinada, enquanto outro permaneceu 3 meses e manteve relações informais. Serviços gerais aparece como terceira ocupação em destaque um dos sujeitos trabalhou como pintor pelo período de 1 mês. Durante a aplicação do questionário, foi possível observar que o participante gostaria de ter continuado na ocupação de pintor, por ter se identificado com a atividade.

Dessa forma, é possível notar que a trajetória dos sujeitos é marcadamente informal em ocupações temporárias, sem perspectiva de ascensão profissional e/ou estabilidade, aliado ainda a desproteção trabalhista visto que mais da metade dos sujeitos nunca contribuíram com a Previdência Social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como principais resultados podemos ver que a trajetória ocupacional de mais da metade dos participantes da ARREP esteve inserida na lógica do mercado informal, um deles apresentou ainda não ter carteira de trabalho e outros só a fizeram sob demandas específicas no ano de 2016. O que demonstra que os sujeitos estão desprotegidos de uma série de direitos trabalhistas (férias, 13º, aposentadoria) bem como auxílios em caso de acidentes no trabalho ou afastamento por doença.

Ainda, os participantes da ARREP carregam consigo uma série de estigmas frente a atividade que realizam, denominados comumente pela sociedade como o



trabalho com o lixo, o que caracteriza sua atividade como suja e sem valor econômico, apesar da importância de seu ambiental na manutenção do meio ambiente.

É possível notar ainda, que a trajetória ocupacional dos sujeitos foi marcada por ocupações temporárias, sem perspectivas de ascensão profissional, pessoal, social e econômica. Isso pode se relacionar também com o baixo nível de escolaridade que os sujeitos possuem, fato que corrobora com outras pesquisas apresentadas no decorrer do trabalho.

Dessa forma, defende-se que as políticas públicas olhem diretamente para os sujeitos que trabalham na coleta de resíduos sólidos considerando suas especificidades para além do cunho social, mas que prezem pela inclusão econômica e produtiva dos trabalhadores e com vistas a cobertura social e trabalhista mais ampla.

REFERÊNCIAS

ANTUNES.R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 23, n. 67, p. 101-116, June 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092008000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 ago 2017.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

COSTA, C. M. Reciclagem e cidadania: a trajetória de vida dos catadores de material reciclável da comunidade Reciclo. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, UnB, 2008.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 10, n. spe, 83-92, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 jun 2017.

LUTTKÉ, M. M. F. Economia Solidária: um caminho para satisfação das necessidades humanas? Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, 2008.

RIBEIRO, S. Q. A territorialização e a organização de catadores em cooperativas de resíduos recicláveis: o caso dos catadores organizados na cooperativa de trabalhadores catadores de material reciclável – Cootacar - no município de Cascavel



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

– Paraná. Monografia em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009.

ROLIM, R. S. Catadores, organizações e materiais recicláveis: um estudo na região metropolitana de Recife/PE. Dissertação (Economia Doméstica), Minas Gerais, Universidade de Viçosa, 2014

ROOS, D. et. al. A precariedade do trabalho dos catadores de material reciclável no oeste paranaense e da dinâmica estratégica da reprodutividade do capital. Rev. Pegada, Presidente Prudente, v. 11, n. 2, p. 114-131, dezembro de 2010. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1308/1304>>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

SILVA, L. F. S. C. da. Percursos desiguais: trajetórias ocupacionais dos trabalhadores no setor de telecomunicações no período pós-privatização. 2011. 241f. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós Graduação Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRS, 2011.

SIMÃO, V. M. As trajetórias e a organização do trabalho cooperado e autogestor. 2008. 252 f. Tese (Doutorado em Política Social). Programa de Pós Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, UnB, 2008.

TAVARES, M. A. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**. N. 7, 2002. p 49-60.